

Caminhos da reconstrução

ANTONIO DIAS LEITE

O exame da evolução, nos últimos dez anos, das relações econômicas e financeiras com o Exterior deixa claras as limitações do comércio exterior e a pressão que exerce a dívida externa sobre a estrutura da economia nacional.

A história recente é conhecida. Com a situação caminhando para um impasse, o Conselho Monetário Nacional aprovou, em outubro de 1982, uma programação do setor externo para 1983, com o "objetivo de reduzir drasticamente o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos". Excluindo-se a parcela de juros, o programa das transações correntes então previsto está representado na Tabela nº 1 (em US\$ bilhões), em confronto com o que foi realizado em 1982.

TABELA 1 — TRANSAÇÕES CORRENTES (EXCLUSIVE JUROS)

	Realizado 1982	Previsto p/1983
Exportações.....	20,2	23,0
Importações.....	19,4	17,0
Balança comercial.....	+ 0,8	+ 6,0
Outras, exceto juros.....	3,7	- 3,8
Saldo (exclusive juros).....	- 2,9	+ 2,2

É aí que se estabelece o objetivo-chave de obter um saldo, na balança comercial, de US\$ 6 bilhões. Quanto ao movimento de capitais, foi prevista a obtenção de empréstimos novos, aproximadamente no mesmo nível de 1982, com amortizações equivalentes e juros significativamente menores.

O confronto encontra-se na Tabela nº 2 (em US\$ bilhões).

TABELA 2 - MOVIMENTO DE CAPITAIS E JUROS

	Realizado 1982	Previsto p/1983
Investimentos.....	0,9	1,5
Empréstimos.....	12,5	12,6
Amortizações.....	- 6,9	- 7,2
Juros.....	- 12,6	- 9,1
Saldo (inclusive juros).....	- 6,1	- 2,2

O fechamento do balanço de pagamentos, em 1982, com um déficit global de US\$ 9 bilhões, exigiu que a respectiva cobertura fosse feita por meio de operações de curto prazo e de redução de reservas. Precipitou-se, então, a busca de novos caminhos, por meio da exposição do presidente do Banco Central em Nova York, em 24 de dezembro, da carta ao Fundo Monetário Internacional em 6 de janeiro. E, logo após a maxidesvalorização do cruzeiro, foi proposto o adendo à carta ao FMI, de 24 de fevereiro.

No entendimento havido — seja diretamente, seja por delegado contratado — entre as autoridades brasileiras, de um lado, os bancos particulares estrangeiros e o Fundo Monetário Internacional de outro, com a participação do governo dos Estados Unidos por meio da Junta da Reserva Federal e da Secretaria do Tesouro, foram acertadas condições para superar a crise em 1983.

Entendeu-se, na ocasião, que se tratava de uma primeira providência de emergência, para que houvesse tempo de formular programa de médio prazo. Todavia, em lugar de a discussão evoluir nesse sentido, ocorreu a impossibilidade de concretizar as próprias operações de crédito consideradas viáveis nos acordos feitos. Com o atraso das negociações e as altas taxas de juro, os compromissos continuaram a crescer. As condições e as vicissitudes dessas negociações têm sido objeto do mais amplo noticiário e debate. É hoje evidente que o País não saiu do impasse.

Uma das grandes dificuldades reside no caráter quase universal da crise. Quando existe uma dezena de países, todos tentando exportar e outros, industriais e ricos, restringindo suas importações e fazendo renascer o protecionismo, é óbvio que a receita do FMI só funciona com grandes sacrifícios para os países em desenvolvimento.

Todos sabem, até mesmo os governos dos países que comandam as finanças internacionais — e isso foi reconhecido na conferência de Williamsburg —, que há necessidade de modificações na ordem econômica internacional. Mas essa conferência encerrou-se sem que houvesse nenhuma perspectiva, nem mesmo de início de uma reunião cujo objetivo fosse a discussão do problema. O nosso caso específico há de ser resolvido, portanto, dentro do quadro vigente e com a consciência de que nós mesmos fomos os responsáveis pelo endividamento a que levamos o País nesse quadro, sem esquecer, todavia, que isso ocorreu com a plena concordância e estímulo dos banqueiros particulares internacionais. E queremos — creio ser essa a opinião da maioria — manter a regularidade das transações com o Exterior, para que possa ter

andamento a reconstrução. Há, todavia, que acertar condições exequíveis.

Os aspectos favoráveis ao Brasil são, de um lado, o seu potencial de produtos novos, com os quais pode reforçar exportações ou reconstituir reservas e, de outro, a sua baixa dependência de produtos importados, exceto o petróleo, no caso de uma retomada do desenvolvimento. Entre os produtos novos, o ouro, as pedras semi-preciosas e metais nobres e os produtos florestais são apenas exemplos aparentes que podem tornar-se significativos. Outros existem e requerem, ainda, exame de viabilidade. Entre os tradicionais, muitos podem ter a sua produção aumentada sem requerer significativos investimentos, em face da capacidade ociosa existente na indústria de base e mecânica pesada. Entre os substitutos do petróleo, há campo para desenvolvimento, embora venham, nesse caso, a exigir novos investimentos. Essas atividades, em sua maior parte, demandam, todavia, algum tempo para se tornarem significativas e só podem fazer parte de um programa de prazo médio.

Para a exportação, não seria fora de propósito admitir-se crescimento real no mesmo nível verificado no último decênio, que foi de cerca de 8% ao ano. Conjungando-se essa possibilidade com a hipótese de ocorrer melhoria das relações de trocas com o Exterior, recuperando-se o nível médio do período 73/82, que foi de 16% superior ao de 1982, o acréscimo de exportações poderia atingir US\$ 5 bilhões, com acréscimos de US\$ 1,5 a US\$ 2 bilhões anuais. O maior ou menor sucesso na expansão das exportações dependerá, sempre, do processo de retomada da atividade econômica nos países ricos. Por outro lado, a disponibilidade de bens para a exportação dependerá da ampliação da produção interna, com a qual se evitará também o risco de ocasionais carenças que provoquem importações, especialmente de bens de primeira necessidade, e que, por essa via, anulariam parte do esforço de exportação.

Não se trata, portanto, de uma opção entre mercado interno e externo.

Trata-se de produzir mais, o que se coaduna com a necessidade imperiosa de retomada do crescimento econômico com aumento do emprego. Esse objetivo elimina a possibilidade de novos cortes nas importações e tem de ser compatibilizado com as condições e limitações de ordem interna.

Admitindo-se que as condições externas sejam continuamente favoráveis e que se obtenha o saldo exequível na balança comercial, mesmo com mais otimismo do que agora, ele não será suficiente, nos primeiros anos, para cobrir os juros da dívida externa no nível em que se encontram e, muito menos, para qualquer amortização.

Na realidade, o próprio programa oficial já prevê um acréscimo da dívida, no ano de 1983, de cinco a seis bilhões de dólares. E isso sem contar

com a liquidação da dívida, de curto prazo, que se renova a cada dia, e que é avaliada, conforme os especialistas, em torno de oito a dez bilhões de dólares. E sem esquecer a necessidade imperiosa de reconstituir uma reserva de segurança, que desapareceu nos últimos anos.

Em uma primeira aproximação, parece-nos que a condução do problema externo deverá situar-se entre dois extremos.

O primeiro compreende a contenção de investimentos, a recessão e o desemprego que, automaticamente, conduziriam o País à impossibilidade de sustentar o sacrifício exigido pela solução do problema externo, qualquer que seja o prazo admitido para essa solução.

Com o risco, ainda, de ruptura social e política.

O segundo corresponderia ao crescimento da produção interna, com ênfase em determinados setores de especial importância para a conjuntura dos próximos cinco anos, notadamente em itens de exportação não tradicionais, e que garanta o aproveitamento das instalações existentes, baixa utilização de insumos importados e grande conteúdo de mão-de-obra. Nessa segunda hipótese, poder-se-á pensar numa liquidação a longo prazo dos compromissos externos.

Essas conclusões são coerentes com o que dissemos no início desta série de artigos, de que não será possível uma negociação realista, para ser exequível, sem que seja baseada num plano de médio prazo, que conjugue a parte externa com a parte interna. E por esse motivo que, nos próximos artigos, nos voltaremos para a organização e a economia interna do País, até considerar a situação da dívida interna pública e privada, que é mais grave do que a externa.